

A espacialização temática no noticiário sobre saúde na revista de informação *Veja*¹

Luiz Marcelo Robalinho FERRAZ²
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Maceió, AL

RESUMO

Nosso artigo investiga a geografia do espaço jornalístico concedido à saúde no semanário de informação *Veja*. Mais antiga no segmento brasileiro e com grande apelo ao assunto, a *Veja* conta com uma editoria específica a tratar de saúde desde o seu lançamento. Assim, tomamos como ponto de partida de análise a edição 1 (11 set. 1968) para examinar o noticiário de capa até a edição 2406 (31 dez. 2014). O intuito foi entender o processo de configuração desse espaço e de transformação das seções especializadas da *Veja* criadas no período de 46 anos. Ao estudarmos as características do noticiário sobre saúde a partir da chave das seções da revista, este *paper* propõe um olhar analítico sobre a tematização dos assuntos no jornalismo de revista, buscando compreender melhor o modo de organização do discurso jornalístico e a influência da espacialização temática na produção de sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: doença; jornalismo de revista; revista *Veja*; saúde; tematização.

INTRODUÇÃO

Muito do que sabemos sobre saúde é decorrente dos meios de comunicação. Mesmo que critiquemos em alguns momentos o trabalho da imprensa em função de certos viesamentos na produção e na divulgação dos assuntos, o campo jornalístico contribui, de forma importante, para a nossa compreensão a respeito dos processos de saúde e doença na contemporaneidade, ao lado de outros atores, como as autoridades sanitárias, os médicos, os cientistas, os pacientes, entre outros. Perpassada por discursos de outros domínios do saber, o jornalismo cria seus próprios discursos a partir do entrelaçamento de vozes para o estabelecimento da sua própria voz na esfera pública, contribuindo para a construção de noções particulares de saúde e doença. Assim, vemos que o trabalho jornalístico encontra-se inserido num campo de práticas, no qual o fazer diário dos veículos de comunicação foi – e vem – instituindo historicamente olhares específicos, através de rotinas e de lógicas particulares na construção da notícia.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutor em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/Fiocruz), com estágio doutoral no Centre d'Analyse du Discours/Université Paris XIII, mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), jornalista e publicitário, e-mail: marcelo.robalinho@gmail.com.

Essa importância do jornalismo não vem de hoje. Notícias sobre medicina e ciência já eram publicadas, no final da década de 1940, num suplemento encartado aos domingos pelo jornal diário *Correio da Manhã*³ (JURBERG et al., 2012). A extinta revista *O Cruzeiro*⁴, uma das principais semanais ilustradas brasileiras da primeira metade do século XX, falava de questões relacionadas à saúde, bem como de cinema, esportes, política, moda e culinária (PORTELA, 2009). O semanário de informação *Veja*, de maior circulação no segmento na atualidade, já possuía, desde seu surgimento, a editoria “Medicina”, em que eram veiculados os textos produzidos sobre saúde⁵.

No começo do século XXI, a saúde ocupava a segunda colocação na relação de assuntos de interesse dos leitores de jornais norte-americanos ao lado de outros, tais como alimentação, habitação, turismo e moda, segundo Tabakman (2013). A nosso ver, a saúde teria se convertido num *tema de longa duração*, associando à noção teórica de Benetti (2013). Base do jornalismo de revista, esse *meta-acontecimento* integra o leque de assuntos semanais para atrair a atenção do leitor, contribuindo na produção e na circulação de representações existentes, além de ser assunto recorrente em outros meios.

Sob a lógica do risco, do cuidado crônico e da medicalização, o noticiário passou a recomendar a população, num tom normativo, a cuidar da saúde e do corpo, adotando práticas ditas “seguras” para poder se salvaguardar da possibilidade de vir a adoecer no futuro. O fator de risco tornou-se um elemento capital na produção de sentidos, pela potencialidade que a exposição a certos hábitos de vida representa no desenvolvimento de doenças. O cuidado crônico tornou-se um elemento preponderante na construção de sentidos, pela responsabilidade permanente que o indivíduo assume sobre sua saúde e é enfatizada por meio de uma lógica medicalizante. (VAZ et al., 2007).

A abordagem sobre o papel da mídia, e do jornalismo em especial, como um campo de práticas de conduta é interessante para observarmos esse “transbordamento da saúde para fora do campo médico”, analisa Lerner (2014, p. 156). Para ela, os meios de comunicação constituem um espaço de produção e circulação de textos e produtos de

³ Fundado em junho de 1901 e publicado no Rio de Janeiro, o jornal matutino *Correio da Manhã* foi um dos principais periódicos brasileiros de sua época. Enfatizando discursivamente a informação em detrimento à opinião, fez oposição a quase todos os presidentes da República, motivo por que foi perseguido e fechado diversas vezes até o seu fechamento, em julho de 1974 (LEAL, 2009).

⁴ Lançada em 1928 pelo grupo Diários Associados, do jornalista e empresário Assis Chateaubriand (1892-1968), a revista *Cruzeiro* foi sucesso editorial nos anos 50, deixando de circular temporariamente em 1975. Ainda retornou em 1977, mas foi extinta em 1983 (PORTELA, 2009).

⁵ A *Veja* teve, em janeiro de 2019, uma circulação semanal de 774.000 exemplares (impresso mais digital), segundo o Instituto Verificador Instituto Verificador de Circulação (IVC Brasil), organização sem fins lucrativos encarregada de auditar a circulação dos jornais e revistas (PUBLIABRIL, 2019).

ordens diversas, tendo a saúde um valor-notícia reconhecido pela sua importância na sociedade contemporânea. Longe de ser um campo homogêneo, o jornalismo se configura numa arena de diferenças, a partir da multiplicidade de práticas instituídas e nos vários meios e formatos existentes, cada qual produzindo discursos particulares.

Tendo em vista a importância maior conferida aos processos de saúde e doença nos/pelos meios de comunicação na contemporaneidade, nosso *paper* tem o objetivo de examinar a geografia do espaço jornalístico em torno do tema. O intuito é entendermos a composição desse espaço nas páginas de uma revista de informação e as transformações ocorridas com as seções especializadas a tratar de saúde. Tomamos como objeto empírico o semanário *Veja*. Dele, analisamos o noticiário de capa desde a edição número 1, lançada em 11 de setembro de 1968, até a edição 2406, de 31 de dezembro de 2014. A opção pela *Veja* se deu, devido ao interesse em estudarmos a construção discursiva do jornalismo de revista, tendo como base um veículo impresso e digital de ampla circulação e alcance nacional. Neste artigo, enfocaremos a versão impressa para identificar as características do noticiário do semanário sobre saúde.

Diverso do jornal, geralmente diário, a revista semanal de informação permite maior tempo na produção das reportagens e matérias. O acontecimento não é constituído sob a lógica do imediatismo, como a internet, a televisão e o rádio, que divulgam as informações, muitas vezes, em tempo real. Diferentemente disso, institui-se outra temporalidade, possibilitando a realização de um jornalismo menos factual e, em tese, mais analítico. “Além de se distanciar ainda mais do tempo real da notícia, a publicação de periodicidade mais larga se obriga a não perecer tão rapidamente, a durar mais nas mãos do leitor” (SCALZO, 2011, p. 42).

Associado ao fato de a *Veja* ser o semanário brasileiro do gênero mais longo no país e ao grande apelo da saúde nas suas publicações, especialmente dos anos 1990 para cá, quando o assunto começou a ter mais destaque no noticiário, a perspectiva histórica foi outro motivo para escolha da revista. Tendo em vista a importância de compreendermos o contexto de produção da revista, analisá-la, no fio do tempo, ajudou-nos a aprofundar um pouco o olhar sobre os sentidos construídos no/pelo seu discurso. Estamos aqui considerando as condições de produção, que envolvem o sujeito do discurso, neste caso a publicação jornalística escolhida, e a visão de mundo gerada por ela e atravessada pelo contexto sociocultural de cada momento específico.

Em vez de considerar que o campo jornalístico apenas reflete sentidos, defendemos também que ele os refrata, modificando aqueles que circulam na nossa sociedade. Por isso, a utilização das preposições “em” e “por”, no parágrafo anterior, para falar do jornalismo foi proposital, pois visa a ultrapassar as fronteiras analíticas correntes, colocando-o num nível de discussão específico, parte integrante e atuante no meio social a produzir sentido sobre o mundo através dos seus relatos.

A DEPARTAMENTALIZAÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

Estudar a presença da saúde no noticiário requer um olhar acurado sobre a segmentação da revista. Os semanários de informação abordam temas específicos, em função do público a que se destina e a linha editorial da publicação. Na revista *Veja*, de circulação semanal e que afirma defender a democracia, a livre iniciativa e a justiça social como princípios, a saúde integra o rol temático explorado, ao lado de economia, política, educação, esporte, tecnologia, cultura e comportamento (PUBLIABRIL, 2019). Desde o início da publicação, a saúde apareceu entre os assuntos de maior interesse dos leitores, levando-se em conta as pesquisas de opinião produzidas, embora só haja dados disponíveis dos anos 2000 para cá (FERRAZ, 2015). Em 2014, “saúde e qualidade de vida” apareceram agregados em segundo lugar (88,5%), perdendo somente para “atualidades e notícias do momento” (91,1%).

Essa territorialização dos assuntos de interesse dos leitores e da própria revista diz respeito aos domínios temáticos. Ao tratar do assunto, Charaudeau (2008) sublinha que todo ato de linguagem propõe uma visão de mundo, um processo de construção que articula conhecimentos e crenças. Para ele, esses dois aspectos:

[...] testemunham a experiência que o homem tem do mundo através de categorias de inteligibilidade que ele constrói. Assim, elaboram-se *domínios de experiência* como tantos fragmentos que estruturam o continuum do mundo fenomenal, domínios de experiências elas mesmas estruturadas em subcategorias. É nesse jogo de fragmentação do mundo que se constrói a *intenção* de um ato de linguagem, ele mesmo estruturado em um universo do saber. (CHARAUDEAU, 2008, p. 25, grifos do autor, tradução nossa)

Essa construção languageira tem a ver com o vivido. Pela bagagem acumulada pelo homem, ele é capaz de produzir uma visão do mundo a partir de certas categorias, ou temas. No campo jornalístico, essa atividade pode ser identificada, entre outras coisas, pela forma como o veículo de comunicação nomeia as editoriais e classifica as

notícias e reportagens nessas seções. Apesar de haver semelhanças na forma de nomeá-las entre os diversos veículos do mesmo segmento (como os semanários de informação), os termos usados diferem conforme a proposta de cada empresa.

Na *Veja*, a importância da divisão da revista em seções foi assunto de um dos seus primeiros editoriais. Na edição 22, de 5 de fevereiro de 1969, Mino Carta – o editor na época – afirmava na *Carta ao leitor* que a chamada “departamentalização das informações”, de acordo com o conteúdo de cada uma delas nas “seções que compõem a revista”, era o primeiro traço que distinguia um semanário de informação.

O primeiro característico de um semanário de informação é a departamentalização das informações – isto é, a divisão das informações, de acordo (sic) com o conteúdo de cada uma, pelas seções que compõem a revista. Trazida por um repórter ou pelo telex, a notícia é imediatamente classificada e entregue ao responsável pela seção a que ela pertence, ou seja, ao especialista no assunto, ao Editor. Começa então, para esse (sic) jornalista, o desafio: capturar o significado mais profundo da informação, definir o quanto ela possa ter de sintomático, alcançar, enfim, o seu coração. Na origem da departamentalização das informações há dois propósitos: **assegurar ordem à revista e maior substância e precisão às informações e à sua análise**. Transparente o **proveito do leitor: ele (sic) poderá programar a sua leitura e com tranquilidade confiar no que lê**. (CARTA, 1969, p. 11, grifos nossos)

As explicações em torno da produção da notícia e da classificação em seções, naquele momento, não apareceram isoladas, fazendo parte, segundo Diniz (2014), de uma fase inicial dos editoriais da *Veja*, entre 1968 e 1969, em que ela buscava falar sobre o seu funcionamento e o que se esperar de um bom jornalismo, num tom quase pedagógico. Para nós, os esclarecimentos sobre a departamentalização das seções são fundamentais para entendermos a forma de organização da *Veja* e a finalidade dessa divisão por setores: “assegurar ordem à revista e maior substância e precisão às informações e à sua análise” (CARTA, 1969, p. 11). As explicações sobre o processo de produção da notícia configuram um momento de construção de identidade e organização de uma ordem discursiva própria da revista para melhor proveito do leitor (“ele pode programar a sua leitura e com tranquilidade confiar no que lê”).

Ao tratar da estrutura das empresas jornalísticas, Pereira Junior (2012) cita a especialização temática como uma das três estratégias apontadas por Gaye Tuchman dentro de uma rede – a chamada *news net* – responsável por captar e narrar os acontecimentos. Nessa rede, que também inclui a territorialidade geográfica (o grau de importância de noticiabilidade de um fato conforme o local de ocorrência e o raio de

abrangência geográfico do veículo) e a especialização organizacional (os informantes das empresas, como sucursais, correspondentes e agências de notícias), a espacialização temática contribui para uniformizar o produto jornalístico oferecido.

Editorias (nacional, internacional, local, geral, cultura, esporte, política e economia) definem o pedaço que cabe aos fatos no latifúndio informativo, o que dificulta a diversidade de abordagens sobre fenômenos de zonas “fronteiriças”. As drogas, por exemplo, poderiam ser abordadas por diferentes óticas, como um fenômeno de impacto na saúde pública, na família, na economia, na vida social, mas a imprensa “territorializou” o assunto quase que exclusivamente nas páginas policiais. (PEREIRA JUNIOR, 2012. p. 85, grifos do autor)

O exemplo das drogas é interessante para entendermos como os assuntos costumam ser enquadrados (ou “territorializados”) pelos veículos na divisão das seções a partir de determinadas lógicas. As drogas são consideradas pela saúde pública um problema mundial a ser tratado pela relação com a dependência química que costumam provocar. Apesar de aparecerem em algumas ocasiões nas editorias de saúde sob a abordagem dos riscos do vício e das terapias disponíveis, foram definidas pela imprensa como um assunto policial ou de segurança. Retomando a finalidade apontada pela *Veja*, a classificação jornalística torna-se importante para garantir a uniformidade à revista e conformar o olhar do leitor sobre os temas noticiados a partir de determinadas seções.

MEDICINA, SAÚDE E SUBSEÇÕES NOS PRIMEIROS 46 ANOS DE VEJA

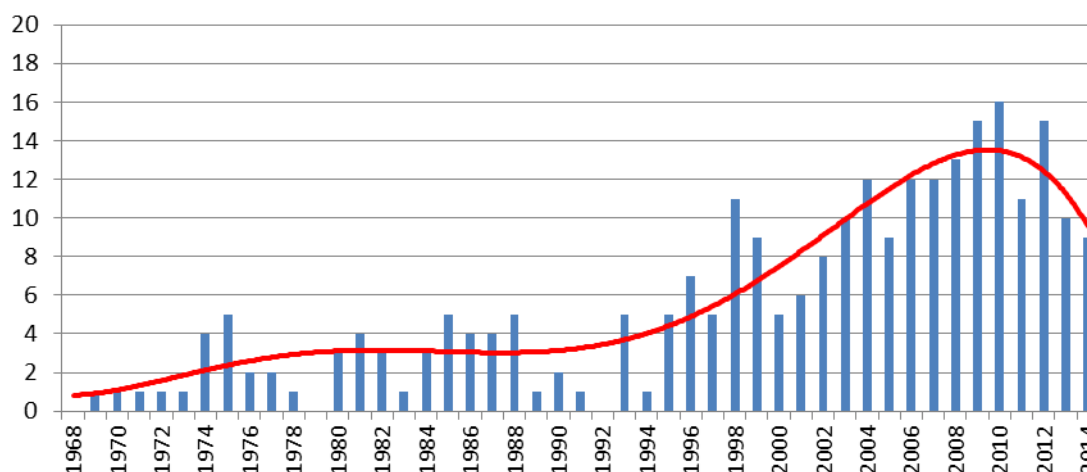
Avaliando as principais temáticas noticiadas pelo semanário entre 1968 e 2014, “Saúde e Medicina” (congregando assuntos relacionados à saúde e doença) apareceu em quinto lugar na cobertura geral. Ficou atrás de “Brasil”, “Internacional”, “Economia e Negócios”, “Cultura”, “Ciência e Tecnologia”, “Esporte” e “Comportamento”, apesar de ter crescido consideravelmente de importância a partir da década de 1980, chegando à terceira colocação entre os anos de 1996 e 2014 (FERRAZ, 2015).

O **Gráfico 1** aponta duas importantes variações ocorridas na temática “Saúde e Medicina”⁶ no período estudado. A primeira foi de 1969 a 1996, quando o total de reportagens de capa anuais variou de 0 (valor mínimo) a 5 (valor máximo). Embora o número absoluto e o percentual tenham aumentado, foi um momento em que a curva de variação apresentou certa homogeneidade entre essas duas fases, com uma média de 2,6

⁶ Por questões metodológicas, classificamos esse agrupamento como “Saúde e Medicina”, entre outras coisas, devido à forma como *Veja* referenciou, nos seus editoriais, as seções “Medicina” e “Saúde”, as duas principais a abrigarem reportagens e matérias a respeito.

manchetes por ano. A segunda variação ocorreu entre 1996 e 2014, quando a curva apresentou uma onda de aumento, com as manchetes de capa variando de 5 (mínimo) a 16 (máximo) por ano e uma média de 10,4 títulos.

Gráfico 1 - Total de manchetes de “Saúde e Medicina” por ano – Veja, 1968-2014



Fonte: Elaboração própria (FERRAZ, 2015).

Mesmo com os decréscimos em 2013 e 2014, os números foram maiores que os registrados em 1997, 2000, 2001, 2002 e 2003. Isso reforça a importância dessa última fase, em que a saúde e a doença passaram a ter maior destaque na cobertura em relação aos demais temas. Apesar de não fazer uma avaliação de tendência da cobertura, Clark (2013) também apontou, na sua dissertação de mestrado, um crescimento dos temas de saúde nas capas da *Veja* a partir de meados da década de 90. A variação ocorreu numa década em que o espaço dedicado à saúde pessoal aumentou não só no Brasil, como também nos Estados Unidos (TABAKMAN, 2013).

Avaliando os lugares em que os assuntos ligados à saúde ocuparam na geografia da *Veja* ao longo do tempo a partir das mudanças gráficas identificadas no período de estudo, verificamos três momentos bem demarcados. No primeiro deles, de setembro de 1968 a março de 1983, os textos jornalísticos foram publicados na seção “Medicina”, a primeira criada ainda no ano do lançamento da revista. Em março de 1983, a *Veja* criou a seção “Saúde”, passando a dividir espaço com “Medicina”. Isso ocorreu até outubro de 1996, quando a *Veja* começou a publicar em subseções específicas, como “Coração”, “Câncer”, “Cigarro”, “Drogas”, “Biologia”, “Sexo”, “Ginástica” e “Longevidade”, ampliando os espaços de concorrência temática dentro da própria revista.

Na primeira fase da cobertura (1968-1983), caracterizada pela construção de uma identidade, “Medicina” congregou, até meados da década de 70, pautas apontando falhas no sistema de saúde do país, ligado ao extinto Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o SUS da época, sobretudo no que concerne o atendimento público à população, os desafios no controle da meningite meningocócica e do câncer, doenças que assolavam o país e apresentavam deficiências na assistência, e as mudanças ocorridas com o trabalho dos médicos na sociedade, reduzindo o prestígio da categoria.

Esse tom mais crítico sobre a saúde ocorreu num momento em que a imprensa e a *Veja* estavam submetidos à censura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O papel do jornalista Mino Carta na diretoria de redação foi importante para compreendermos a postura mais politizada da revista na forma de tratar questões relacionadas à saúde e à doença. Também há que se considerar o quadro da saúde pública brasileira daquele momento, em que se acumulavam carências, seja pela falta de recursos para dar conta dos graves problemas, como a mortalidade infantil, num momento de franca urbanização dos centros brasileiros, atrelada à degradação das condições de vida da população, além de uma assistência médica pública precária (PONTE; NASCIMENTO, 2010), quando que favorecia uma abordagem mais crítica.

No começo da década de 80, o enfoque da cobertura acabou se expandindo, com o advento da medicina estética, a descoberta de novas drogas quimioterápicas para o tratamento do câncer como promessa de cura e os avanços obtidos para combater a dor no organismo. Em geral, os temas noticiados tinham uma correlação direta com o saber médico, como é hoje. Evidentemente não da mesma maneira, considerando as mudanças ocorridas na sociedade e no próprio campo da saúde nas últimas três décadas. Mas a correlação com esse saber apontava para uma extensão da jurisdição médica sobre a vida das pessoas e a crescente influência da medicina para além do seu campo, passando a se ocupar de outras questões, como o parto, a morte, a menopausa, a contracepção, a obesidade e a atividade física. Aquilo que Zola (1972) e autores como Illich (1975), Conrad (1992; 2007) e Conrad e Schneider (1980) denominaram como medicalização.

Em grande medida, essas pautas tratando de novas terapias estavam num contexto de medicalização em que se observava gradativamente o fortalecimento do controle social exercido pela medicina. Uma espécie de intervenção política sobre o corpo social, “por meio do estabelecimento de normas morais de conduta e prescrição e proscrição de comportamentos, o que tornaria os indivíduos dependentes dos saberes produzidos pelos

agentes educativo-terapêuticos” (GAUDENZI; ORTEGA, 2012, p. 2). Os hábitos de vida e a prevenção também começaram a aparecer sobre novas práticas esportivas nos grandes centros urbanos, como correr, andar de bicicleta e fazer ginástica. Com o tempo, viu-se também a discussão sobre o culto à forma física, focando na novidade das práticas nas ruas e praias das grandes cidades, e não no desenvolvimento de músculos, no corpo modelado e na redução de massa corporal, como vemos hoje em dia.

Na segunda fase da cobertura (1983-1996), quando “Saúde” surgiu como mais uma seção especializada dividindo espaço com “Medicina”, embora os limites que separassem as duas seções fossem porosos, sem delimitações muito rigorosas, algumas especificidades nos chamaram a atenção. Em “Medicina”, observou-se um alargamento no escopo de assuntos, enfocando, até o fim dos anos 1980, os avanços da medicina na fertilização *in vitro*, na implantação do coração artificial, no transplante de fígado, nos experimentos bem-sucedidos com drogas quimioterápicas para combater o câncer, na melhoria estética, com novos procedimentos da cirurgia plástica para busca da beleza e da juventude, e nas novas descobertas para aliviar as dores de cabeça.

Posteriormente, entre 1990 e 1996, tratamento e medicamentos para cuidar de problemas ligados ao sono e à obesidade e benefícios da genética para a prevenção ou o retardamento de certas doenças, como o câncer, foram alvo das pautas, alargando o leque de assuntos conforme o cenário científico de descobertas. A ciência foi um dos principais argumentos das reportagens. O enfoque às novas terapias e os tratamentos para combater doenças e outras questões de saúde indica o apelo jornalístico das mudanças tecno-científicas ocorridas, em meados da década de 80, transformando o fenômeno da medicalização em biomedicalização (CLARKE et al., 2003). Já textos tratando da assistência médica pública apresentaram uma redução na cobertura.

Já na seção “Saúde”, os enfoques se diferenciavam, com destaque para textos tratando de hábitos de vida e prevenção. A grande maioria saiu na capa de 1990 a 1996. Assim como em “Medicina”, a ciência, sobretudo, e o próprio campo médico foram acionados para falar nas reportagens. Mesmo abordando novas terapias e tratamentos, isso era vinculado a práticas preventivas dentro e fora da esfera médica, algo pouco incomum na abordagem até então. Entre os assuntos tratados, estavam a derrubada dos mitos sobre o açúcar, o sal e o colesterol na dieta, a indicação do poder das vitaminas na prevenção de infartos e cânceres e no retardamento do envelhecimento, os tratamentos

com hormônios, cirurgias plásticas e cosméticos nas mulheres com mais de 40 anos para combater a menopausa e os perigos para o coração.

Ainda dentro de “Saúde”, a vida com a doença era outra forma de abordagem para relatar os hábitos de vida e a prevenção. A novidade foi a inclusão da medicina privada, esta representada pelos planos de saúde. Realidade essa que começou a despontar com mais força nos anos 80, quando “amplificaram-se as condições para a segmentação de clientela e a extensão da cobertura pelos planos privados” (SOUZA, 2014, p. 99), inclusive pela gestão da saúde do trabalhador do modelo do plano privado da economia, antes coberto pelo modelo do seguro social previdenciário do INPS. A **Figura 1** traz dois exemplos de abordagem da *Veja*, um em “Medicina” e outro em “Saúde”:

Figura 1 - Diferentes abordagens em “Medicina” e “Saúde” – Veja, 1984 e 1990



Fonte: *Veja*, ed. 830, 1 ago. 1984.



Fonte: *Veja*, ed. 1114, 24 jan. 1990.

Ambos os exemplos ressaltaram a ideia de progresso da ciência e da medicina para tratar de assuntos distintos. Enquanto a reportagem em “Medicina” enfatizou a existência de novas drogas e técnicas menos invasivas para combater as doenças evitando cirurgias, “Saúde” abordou, por sua vez, os benefícios da dieta do brasileiro, condenando exageros e devolvendo o prazer à mesa a partir do consumo do arroz com feijão e seus complementos, bastante conhecidos da nossa mesa.

Na última fase do noticiário (1996-2014), verificou-se uma nova e expressiva mudança na forma de enquadramento em relação às pautas. Além das alterações ocorridas nos assuntos e nos enfoques e de um volume bem maior de reportagens em

“Medicina” e “Saúde” que nas duas etapas anteriores, o universo de concorrência se repartiu com a nomeação de subseções conforme o assunto noticiado. Não eram termos aleatórios. Embora mutáveis e sem uma regularidade específica nas edições da revista, essas subseções apresentaram em comum o fato de tratarem de assuntos mais recorrentes e/ou importantes em relação aos processos de saúde e doença para a revista.

Considerando as fases anteriores, as subseções trouxeram assuntos que já vinham aparecendo na cobertura com certo destaque dentre os mais recorrentes desde o fim da segunda fase até o período mais recente, tais como sexo, ginástica, dieta, cigarro, coração e longevidade. Por terem características gráficas semelhantes a um sobretítulo (ou chapéu) na diagramação jornalística, essas palavras que compunham as subseções tinham a função, entre outras coisas, de determinar exatamente o domínio da informação central da notícia, guiando o olhar do leitor para o assunto tratado no texto (AGNÈS, 2008; RABAÇA; BARBOSA, 1998; PEREIRA JUNIOR, 2012).

Fazendo parte da esfera das seções “Medicina” e “Saúde”, esses novos segmentos temáticos especificaram o assunto, indicando o seu lugar na revista. Embora estivessem ligadas indiretamente a estas duas, as subseções funcionaram como rubricas à parte, sendo mais maleáveis no processo de enquadramento. Embora a abordagem fosse parecida com as fases anteriores em “Medicina” e “Saúde”, o enfoque era mais particularizado. Tratava geralmente de um aspecto específico de determinado assunto, razão pela qual justificava a utilização de um termo particular para nomear a subseção, sendo diferente das demais, que abordavam vários aspectos relativos à questão narrada.

Por exemplo: em relação a estilo de vida e prevenção, as reportagens publicadas sob a chave “Longevidade” trataram da vida mais longa para aqueles que consomem álcool e da maior resistência das mulheres a infecções e melhor saúde delas, em função dos bons hábitos femininos com bebida, cigarro, alimentação e estresse, sem abordar outras questões, como diagnóstico e tratamento. Descobertas da ciência para entrar em forma e os riscos do uso de anabolizantes (“Ginástica”) e os perigos do consumo em baladas de drogas juntamente com medicamentos veterinários e para tratar da impotência e do HIV (“Drogas”) foram outros assuntos noticiados nas subseções.

Em várias reportagens publicadas em “Saúde”, “Medicina” e nas subseções, percebemos uma presença maior da ciência, com a divulgação de pesquisas e avanços científicos. Exemplos não faltaram, como os benefícios das células-tronco para a saúde no tratamento de doenças, o mapeamento do cérebro para busca das causas dos

transtornos mentais, o mapeamento genético do sangue, as descobertas dos benefícios e malefícios da nutrição para a saúde, a detecção e o tratamento de problemas ligados à mulher e a reposição hormonal para os homens. Na mídia, a inserção da ciência não é uma novidade, tendo sido verificado certo grau de simbiose entre ambos, de acordo com Tucherman e Ribeiro (2006, p. 205):

Ao vincular matérias sobre pesquisas científicas, a mídia conquista prestígio e atualidade; enquanto garante sustentação política e cultural à ciência, a qual, tendo visibilidade, justifica sua importância e assegura os investimentos necessários ao seu funcionamento. As conseqüências (sic) não param por aí, no entanto. Atualmente, os hábitos de cuidado do corpo humano apoiam-se em um amplo aparato biotecnológico, e seu uso está diretamente relacionado com o funcionamento da sociedade de consumo.

Ao estabelecer temas relevantes a serem publicados, a mídia torna-se responsável pela construção de um imaginário científico, definindo o que é ou não ciência e, mais do que isso, buscando explicar ao seu público “como, quando e por que os avanços científicos afetam o seu dia-a-dia”, dizem as autoras (2006, p. 246). Comparando diferentes abordagens sobre um mesmo assunto (o câncer), trazemos como ilustração, na **Figura 2**, a seguir, três diferentes reportagens publicadas nas seções “Saúde” e “Medicina” e na subseção “Câncer”.

Figura 2 - Abordagens sobre câncer em diferentes seções – Veja, 1998, 2007 e 2009



Fonte: Veja, ed. 1562, 2 set. 1998.

Fonte: Veja, ed. 2013, 20 jun. 2007.

Fonte: Veja, ed. 2140, 25 nov. 2009.

Enquanto a primeira reportagem enfatizou a alimentação no combate ao câncer, na linha da prevenção (“Saúde”), a segunda falou do uso de novos remédios no

tratamento dos doentes de câncer (“Medicina”) na linha da terapêutica. Já a terceira tratou das críticas à nova orientação americana de pesquisadores sobre a realização de mamografias só a partir dos 50 anos de idade, na linha das diretrizes políticas sobre a doença (“Câncer”). Neste último caso, a subeditoria “Câncer” foi registrada na edição 2140 (25 nov. 2009), que contava também com as seções “Saúde” e “Medicina”. Em algumas ocasiões, as subseções apareceram também para se diferenciar das outras.

Nos três exemplos, a ciência foi acionada para compor, em maior ou menor grau, o cenário informativo da reportagem. Em maior grau, destacamos as descobertas na área da nutrição para reduzir os riscos do câncer (ed. 1562) e a discussão de oncologistas americanos em torno dos novos remédios associados aos quimioterápicos (ed. 2013). Em menor grau, o debate em torno da sugestão de especialistas vinculados ao governo dos Estados Unidos de aumentar a idade mínima das mulheres para realização do exame de mamografia. Mesmo estando presente desde a primeira fase, a ciência surgiu de forma mais explícita na última, atravessando a construção de boa parte dos argumentos das reportagens, sob um prisma midiático nas estratégias enunciativas do jornalismo para garantir e reforçar a noticiabilidade da saúde e da doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tematização sobre a saúde, conforme analisamos neste artigo sobre o noticiário da revista *Veja*, percebemos que o jornalismo não segue ao pé da letra a lógica da saúde, apesar de ser atravessada por ela e apresentar pontos diretos de contato. Um deles é o fato de os campos da saúde e da ciência fornecerem as principais fontes de entrevista para a elaboração das reportagens. A nosso ver, a lógica jornalística é particular, requerendo outro olhar, um pouco mais desprendido dos limites definidos pela saúde.

Não estamos aqui propondo um julgamento de valor sobre a lógica jornalística na maneira de tratar da saúde. Apenas defendemos que o jornalismo produz a partir de regras e apropriações específicas da sua esfera, considerando não apenas o espaço concedido ao noticiário, mas também as mudanças observadas, ao longo das décadas, e, sobretudo, a influência dos domínios temáticos da revista na forma de abordagem nas reportagens. Para além do espaço em que são tratados os domínios do saber, a tematização nos fez compreender melhor o modo como a imprensa organiza o seu discurso (CHARAUDEAU, 2008). Pela “territorialização” dos assuntos na imprensa

(PEREIRA JUNIOR, 2012), percebemos que o tipo de abordagem é delimitado pelo perfil de cada seção, influenciando na produção de sentidos.

Assim como a revista *Veja* classifica os assuntos em seções e subseções, a catalogação realizada pela imprensa de modo geral é uma forma de enquadrar a realidade a partir de certas chaves de compreensão do mundo, assim como fazemos com a realidade à nossa volta, para dotá-la de sentido. Estudar a saúde na perspectiva do jornalismo, sendo este atravessado por lógicas e protocolos próprios, é também se debruçar sobre parte importante do processo de construção sociocultural acerca desses processos, considerando a sua importância para além do território da saúde.

REFERÊNCIAS

- AGNÈS, Y. **Manuel de journalisme** : écrire pour le journal. Paris : La Découverte, 2008. (Collection Grands Repères.)
- BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- CARTA, M. Carta ao leitor. **Veja**. São Paulo, n. 22, p. 11, 5 fev. 1969.
- CHARAUDEAU, P. (sous la direction de). **La médiatisation de la science** : clonage, OGM, manipulations génétiques. Bruxelles : De Boeck, 2008.
- CLARKE, A. et al. Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness and U.S. Biomedicine. **American Sociological Review**. v. 68, p. 161-94. apr. 2003.
- CONRAD, P. Medicalization and social control. **Annual Review of Sociology**. Estados Unidos, v. 18, p. 209-32, aug. 1992.
- _____. **The medicalization of society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2007.
- CONRAD, P.; SCHNEIDER, J. W. **Deviance and medicalization**: from badness to sickness. Philadelphia: Temple University Press, 1980.
- DINIZ, T. R. **A grande imprensa brasileira e seu discurso jornalístico autorreferencial**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) - Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. **Doença, uma noção (também) jornalística**: estudo cartográfico do noticiário de capa do semanário de informação *Veja* (1968-2014). Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2015.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, SP, v. 16, n. 40, p. 21-34, jan.-mar. 2012.

ILLICH, I. **Medical nemesis**: the expropriation of health. London: Calder and Boyars, 1975.

JURBERG, C. et al. Perfis das notícias sobre câncer no Correio da Manhã e no The New York Times nos anos 1931-1932 e 1948-1949. **Revista Brasileira de Cancerologia**. Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 143-52, abr.-mai.-jun. 2012.

LEAL, C. E. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009.

LERNER, Kátia. Memória, mídia e narrativas de sofrimento. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Entretenimento, felicidade e memória**: forças moventes do contemporâneo. Guararema, SP: Anadarco, 2013. p. 193-210.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **Guia para a edição jornalística**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Fazer Jornalismo).

PONTE, C. F.; NASCIMENTO, D. R. do. Os anos de chumbo: a saúde sob censura. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz, 2010. p. 181-218.

PORTELA, C. Revistas semanais de informação geral no Brasil hoje: conceituações e definições. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 14., 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

PUBLIABRIL: circulação geral. **Veja**. 2019.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário da comunicação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.
SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, R. M. de. **O mercado de saúde suplementar no Brasil**: regulação e resultados econômicos dos planos privados de saúde. 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TABAKMAN, R. **A saúde na mídia**: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos. Tradução de Lizandra Magon de Almeida. São Paulo: Summus Editorial, 2013.

TUCHERMAN, I.; M. S. RIBEIRO. Ciência e mídia: negociações e tensões. **Eco-pós**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 24-259, jan.-jul. 2006.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World drug report 2015**. New York: United Nations, May 2015.

VAZ, P. et al. O fator de risco na mídia. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, SP, v. 11, n. 21, p. 145-63. jan/abr. 2007.

ZOLA, I. K. Medicine as an institution of social control. **The Sociological Review**, Keele, Inglaterra, v. 20, n. 4, p. 487-504, nov. 1972.